

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A superação da crise epidemiológica com que nos confrontamos não permite que as medidas que sejam tomadas ao nível do emprego e direitos dos trabalhadores desrespeitem o ordenamento jurídico nacional e as orientações e medidas apontadas pelas autoridades de saúde visando a contenção da propagação da doença.

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP, que a Multinacional Visteon empresa que se encontra em lay-off, e que teve lucros avultados nos últimos anos pretende reduzir durante 4 meses os horários e os salários em 20% de vários dos seus trabalhadores que ainda se encontram ao seu serviço em geral em regime de teletrabalho.

Estas medidas vêm na linha de outras tomadas por esta multinacional, aquando do recurso ao lay-off e tem como elemento comum o exercício de pressões sobre os trabalhadores visando a aceitação de propostas que não acautelam os seus direitos e rendimentos e configuram claras violações à legislação nacional, e que foram alvo de pedidos de intervenção da ACT.

O momento que se vive no nosso país devido a crise epidemiológica exige por parte das entidades com funções inspectivas nomeadamente ao nível das condições de trabalho que exerçam o seu papel e responsabilidades com celeridade e rigor e transparência sobre pena de os trabalhadores estarem a ser profundamente lesados nos seus direitos salários e o país a ser esbulhado em muitos milhões de euros.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento de qual foi o resultado da avaliação feita ao pedido de lay-off feito por parte da Visteon?
2. Qual foi o resultado da intervenção da ACT perante as queixas efetuadas por uma organização sindical sobre a actuação desta empresa aquando do recurso ao lay-off?

3. Que medidas vai o governo tomar para verificar da legalidade das novas medidas que a Visteon quer tomar?
4. Que medidas estão a ser tomadas, ou irão ser tomadas, pelas autoridades competentes, nomeadamente pela ACT, para defender a legalidade e os direitos dos trabalhadores da Visteon?

Palácio de São Bento, 6 de maio de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)